



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL – SEDS

PREGÃO ELETRÔNICO INTERNACIONAL Nº 023/2025

CONTRATANTE

UASG 927031

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NACIONAL OU ESTRANGEIRA PARA FORNECIMENTO DE TERMINAIS DE RÁDIO MÔVEIS, FIXOS E PORTÁTEIS PARA USO NO SISTEMA TETRA DIMETRA EXISTENTE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.355.519,34 (oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezenove vírgula trinta e quatro.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/04/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço - LOTE

MODO DE DISPUTA

Aberto e Fechado

LOCAL

Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO INTERNACIONAL Nº 23/2025

Processo Administrativo nº SDS-PRC-2025/00920

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL/PB - SESDS/PB**, por meio do(a) seu pregoeiro, sediado(a) Rua Hilton Souto Maior, S/N, Mangabeira I - CEP 58055-018, realizará licitação, na modalidade PREGÃO INTERNACIONAL, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Nacional ou Estrangeira para fornecimento de terminais de rádios móveis, fixos e portáteis para uso no sistema tetra dimetra existente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras); www.centraldecompras.pb.gov.br/appls/sgc/edital.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. A participação de pessoa jurídica reunidas em consórcio fica condicionada ao preenchimento das normas previstas nos incisos do art. 15 da Lei 14.133/2021:

Página 2 | 66
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPB00C

TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada; e
- V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não

Página 4 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS

podrá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda, como exemplo ICMS, PIS, CONFINS e IPI.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico,

Página 5 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

Página 6 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

TPBdoc



SDSPRC202500920V02

TPBdoc



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para emissão de carta de crédito, desembaraço aduaneiro, compreendendo as taxas, tarifas e impostos referentes a: licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE/PB e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9. A proposta deverá ser redigida, obrigatoriamente, em língua portuguesa, e os demais documentos que a compõem (folder, panfleto, manual, etc., caso existam), se estrangeiros, poderão ser inicialmente apresentados acompanhados de tradução livre.

4.10. O licitante nacional ou estrangeiro poderá apresentar sua proposta em Real, Euro ou Dólar Americano, contudo, para cadastramento no sistema Compras.gov.br, é necessário informar o valor em Real, tendo em vista a limitação do sistema, que não possui conversão automática de moedas.

4.11. O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado será efetuado em moeda corrente nacional (Real).

4.12. Para cadastramento no sistema eletrônico Compras.gov.br, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda Brasileira (Real - R\$) à taxa de câmbio PTAX de venda no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).

Página 8 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sedss.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

TPBdoc



SDSPRC202500920V02

TPBdoc



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

4.13. A proposta de preço para equipamento importado (**Anexo V - Modelo de Proposta**), apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão estar equalizadas, isto é, estar acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

4.14. Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei nº 14.133 /21, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), IPI, PIS e COFINS.

4.15. O licitante estrangeiro, no cadastramento da proposta e fase de lances no sistema eletrônico Compras.gov.br, deverá considerar o valor unitário equalizado, **conforme Anexo V - Modelo de Proposta**

4.16. Em caso de aceite da proposta apresentada por licitante estrangeiro, para fins de adjudicação, o pregoeiro realizará a negociação para compatibilizar o valor de referência na celebração do contrato, conforme **Anexo V - Modelo de Proposta**.

4.17. O licitante brasileiro, no cadastramento da proposta e fase de lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário com impostos, conforme **Anexo V - Modelo de Proposta**.

4.18. Qualquer tributo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta será considerado como incluso no valor da proposta, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento.

4.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.20. O Termo Internacional de Comércio - INCOTERM a ser adotado será o DPU - Delivered at Place Unloaded/ (Entregue no local desembarcado, local designado), sendo que:

- a) Terá a Contratante como importador.
- b) Terá a Contratada como exportador.

4.21. As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com os modelos disponíveis nos anexos do Termo de Referência.





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data **30/04/2026** horário **09h:30min**.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do LOTE.
- 5.6. Licitante estrangeiros deverão OBRIGATORIAMENTE considerar o valor COM EQUALIZAÇÃO, tanto no cadastramento de proposta, como na fase de lances, em conformidade com o modelo de proposta em anexo.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado (ABERTO E FECHADO)..
- 5.12. O envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Página 10 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os item e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1.** conter vícios insanáveis;
- 6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

- 6.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 6.8.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. A critério do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Empresas que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes (ANEXOIII), aos documentos exigidos para a habilitação e, para assinatura do contrato, serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e,





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN SEAD nº 005/2023).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN SEAD nº 005/2023).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN SEAD nº 005/2023).

Página 18 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto na IN SEAD nº 005/2023.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN SEAD nº 005/2023)

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Da qualificação técnica:

7.21. As exigências de qualificação técnica busca comprovar o conhecimento técnico especializado e a capacidade operacional para cumprir o objeto do contrato, de acordo com as exigências e requisitos constantes no Termo de Referência.

7.22. Documentação exigida para habilitação técnica:

7.22.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a empresa já forneceu o objeto de, no mínimo, 25% do quantitativo a ser registrado para cada item.

7.22.2. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8. DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (www.gov.br/compras)





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

Página 22 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DEFESA SOCIAL - SESDS

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 1% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 **(trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

11.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

11.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

11.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

11.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);

11.9.1. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

11.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

11.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

11.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

11.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

11.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

12.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

12.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

12.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

12.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

12.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

12.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

12.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

12.2. São obrigações do CONTRATADO:

Página 26 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

12.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

12.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

12.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

12.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

12.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

12.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

12.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

13. DO REAJUSTE DE PREÇO

13.1. Fica assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, aplicando-se o índice geral de preços ao consumidor - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, contada da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação, com custo total de contratação estimado em **R\$ 15.915.540,02** (quinze milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e quarenta reais e dois centavos), correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

14.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 26.901
- Fonte de Recursos: 713
- Programa de Trabalho: 06.121.5005.1072
- Elemento de Despesa: 449052

Página 27 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- RO nº 121/2025

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio: ciac@sesds.pb.gov.br*

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico e Diário Oficial do Estado da Paraíba.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Página 28 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

▼ TPB00C



SDSPRC202500920V02

▼ TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (www.gov.br/compras).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência.
- 16.11.2.** ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.
- 16.11.3.** ANEXO III - Modelo de Declaração de Equivalência de Documentos de Habilitação.
- 16.11.4.** ANEXO IV - Modelo de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação.
- 16.11.5.** ANEXO V - Modelos de Proposta.

João Pessoa, 31 de março de 2025.

Sidney Arley Cirilo de Amorim
Agente de Contratação SEDS/PB





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. OBJETO

- 1.1 O presente processo tem por objetivo a contratação de Empresa Nacional ou Estrangeira para fornecimento de terminais de rádio móveis, fixos e portáteis para uso no sistema TETRA DIMETRA existente.
- 1.2 Este documento visa instruir Processo Licitatório de Pregão Eletrônico em Âmbito Internacional para contratação de empresa especializada para aquisição dos novos terminais de rádios para atendimento das necessidades atuais e futuras do estado que tem aumentado de forma significativa o número de efetivos nas ruas e regiões dentro de todo o estado da Paraíba, conforme tabela 1 e as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 A Secretaria de Segurança da Segurança e da Defesa Social da PB vem desde 2016 realizando relevantes investimentos na aquisição e expansão do seu Sistema de Comunicação Digital Troncalizado (DIMETRA), garantindo, com isso, a operação e integração de todos os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Estadual e Municipal, bem como órgãos federais, tal como a PRF, atendidos, através dos serviços de emergência, em todo o Estado da Paraíba.
- 2.2 Um sistema eficaz de radiocomunicação é parte fundamental para a operação dos órgãos de Segurança Pública no provimento de ações visando à proteção e segurança da comunidade e das próprias corporações.
- 2.3 Uma comunicação rápida, segura e confiável contribui de forma significativa para melhor coordenação das ações das forças policiais, tornando possível a troca de informações (voz e dados) entre um grande número de usuários de forma eficiente, dando o suporte necessário para a execução bem-sucedida das operações em campo.
- 2.4 Tais comunicações se aplicam não somente aos órgãos de Segurança Pública, mas também podem beneficiar qualquer operação de serviços públicos ou de outros órgãos onde a troca de informações, em tempo real, entre usuários em campo se faz necessária, tais como: controle e gerenciamento de tráfego urbano, controle dos recursos hídricos, atualização de chamados do Corpo de Bombeiros etc.
- 2.5 A modernização do sistema de Radiocomunicação na Paraíba se deu através de convênio com a SENASP na licitação que resultou no primeiro contrato nº

Página 30 | 66
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

23/2016 SESDS, na qual o Estado, anteriormente usufruía de uma comunicação digital apenas na Capital, Região Metropolitana e Campina Grande. No entanto, este novo sistema permitiu a comunicação criptografada em quase todo o Estado, intercorrendo no auxílio da melhoria de atendimento à população e resolução de crimes.

2.6 A proposta de aquisição dos terminais de rádio móveis, fixos e portáteis alinha-se com o planejamento estratégico atual da Secretaria de Segurança Pública, evidenciado pelas seguintes diretrizes:

- **Integração e Modernização da Comunicação:** O planejamento estratégico prioriza a modernização das ferramentas de comunicação e a integração dos sistemas de informação, visando aumentar a eficiência operacional. A compra dos terminais TETRA é uma resposta direta a essa necessidade.
- **Capacitação e Formação Continuada:** A secretaria tem investido em capacitação para seus servidores, e a facilitação de uma comunicação eficiente é crucial para o sucesso dessas capacitações. Equipar os agentes com tecnologias de ponta para comunicação permitirá que as habilidades e conhecimentos adquiridos sejam aplicados de forma mais eficaz no campo.
- **Aprimoramento da Resposta a Emergências:** O planejamento estratégico enfatiza a necessidade de melhorar a resposta a eventos adversos e situações de crise. Equipar as unidades de segurança com novos terminais é uma estratégia que contribui diretamente para a agilidade e precisão nas respostas operacionais.
- **Interação com a Comunidade:** A política de melhorar a relação com a comunidade e a transparência nas ações governamentais são pilares do planejamento. A comunicação eficaz entre os agentes de segurança e a população, possibilitada pelos novos terminais, facilitará ações de prevenção e envolvimento comunitário.

3. OBJETIVO

- 3.1 Os sistemas de radiocomunicação comercializados atualmente tiveram grande evolução tecnológica nas últimas décadas com a substituição da tecnologia analógica por tecnologias digitais tanto para a transmissão de radiofrequência para os usuários de rádio quanto para o tráfego da rede interna, que passou a utilizar de forma intensiva os protocolos de internet (Internet Protocol - IP).
- 3.2 Em face da evolução tecnológica e da crescente necessidade de comunicação eficaz entre os órgãos de segurança pública da Paraíba, a aquisição de novos terminais de rádio se faz imprescindível. O sistema TETRA 380 MHz, amplamente utilizado pelas forças de segurança para comunicação segura e eficiente, requer a atualização e ampliação de seus equipamentos devido aos seguintes fatores:





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

- **Avanço Tecnológico:** A tecnologia de comunicação evolui constantemente, trazendo novas funções e ferramentas que melhoram a interação entre as equipes operacionais. Novos modelos de terminais disponíveis no mercado, apresentam recursos que ampliam a cobertura e a clareza da comunicação, contribuindo para a eficácia das ações de resposta a ocorrências.
- **Aumento do Efetivo:** Com os recentes concursos públicos, houve um significativo aumento no número de servidores da segurança pública. Esse crescimento demanda a ampliação do número de terminais para garantir que todos os agentes tenham acesso a uma comunicação eficiente durante suas atividades.
- **Expansão da Frota e Novas Unidades:** O aumento do número de viaturas e a criação de novas unidades de atendimento exigem a disponibilização de terminais de rádio adequados em cada novo veículo e unidades. A comunicação entre as viaturas e a central de operações é vital para a coordenação eficaz em situações de emergência.

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- 4.1 A modalidade de Licitação será definida pela Comissão de Licitações.

5. JUSTIFICATIVA PARA LOTE ÚNICO

O agrupamento dos itens em lotes se deve ao fato de que todos os bens e serviços agrupados estão intrinsecamente relacionados. A adjudicação do objeto a ser licitado por itens seria inviável do ponto de vista técnico, no que tange à instalação, configuração e operacionalização de toda a solução, bem como sua manutenção, uma vez que se exige total compatibilidade e interoperabilidade entre os itens definidos. Além disso, o fornecimento de tais itens separados por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação entre os projetos o que, certamente, comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados para o Estado. Por este motivo, os itens que contêm correlação técnica foram agrupados em LOTE ÚNICO.

- 5.1 Esta condição baseia-se nas possíveis falhas surgidas após a implantação dos equipamentos. Habitualmente, observa-se que após a instalação dos equipamentos, em contratações desmembradas com este escopo de fornecimento por itens, caso ocorra alguma indisponibilidade ou mau funcionamento de um elemento do sistema, os diferentes fornecedores passam a debater quanto à responsabilidade pela solução, seja pela falta de diagnóstico preciso em termos de “causa da falha”, seja por alegações quanto à competência contratual em intervenções nos produtos de diferentes fornecedores que integram a solução.
- 5.2 Por outro lado, o fornecedor do lote de um sistema, é responsável pela integração de todos os componentes e pela manutenção da estabilidade e operacionalidade de todo o lote. A Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva e fiscalização dos contratos e procedimento padronizado de suporte técnico, propiciando agilidade





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

na resolução dos problemas advindos de falhas das soluções ou outros eventos relacionados ao contrato de fornecimento e prestação de serviço.

- 5.3 Há ainda que se considerar o aspecto da economicidade pelo fator de escala no caso de fornecimento por lote, em especial em soluções de maior vulto e complexidade como o objeto em pauta, em contraposição à aquisição ou contratação segmentada por itens. Pelo interesse de cada licitante em ser adjudicada vencedora do lote completo, observa-se no mercado a tendência para a redução de custo unitário dos diversos itens que compõem a solução, na busca de oferecer o menor preço por lote associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas do Edital.
- 5.4 Corroborando o entendimento supramencionado, o Tribunal de Contas da União decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 - TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).
- 5.5 Essa mesma Corte se pronunciou ainda através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido:

"...a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

- 5.6 Percebe-se que mesmo quando houve o entendimento do TCU que é obrigatório a admissão da adjudicação por item e não por preço global por lote, esta adjudicação por item só pode ocorrer se não causar prejuízo ao conjunto e se não causar perda de economia de escala.
- 5.7 O TCU, em outra matéria, já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, a licitação por lote seria a mais eficiente à Administração:

"Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar-condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrossanitárias, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento

Página 33 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica" (Acórdão nº 3140/2006 do TCU).

- 5.8 Portanto, ao se licitar por lotes, deve o administrador analisar a viabilidade técnica e econômica de dividir-se o objeto licitatório, pois segundo Justen Filho, "a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento".
- 5.9 Sobre o tema, vale ainda citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

- 5.10 Assim posto, o agrupamento dos itens em lotes levou em consideração questões técnicas, bem como o ganho de economia em escala. Além de que só estão no mesmo lote produtos, equipamentos e serviços que guardam correlação e justificativa técnica para estarem agrupados, não sendo possível o parcelamento.
- 5.11 Considerando o exposto neste Termo de Referência, propõe-se pela aquisição do objeto deste Termo por adjudicação por menor preço global por lotes.

6. QUALIFICAÇÃO:

- 6.1 A CONTRATADA deverá apresentar a comprovação de capacidade técnico operacional através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência da CONTRATADA para o desempenho das atividades a serem desempenhadas da Solução de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA existente de propriedade da Secretaria de Segurança.
- 6.2 A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica especializada no Sistema Padrão TETRA para a execução dos serviços técnicos com as seguintes capacitações mínimas:





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 6.3 Deverá conter em seus quadros técnicos com certificações da área de Telecomunicações;
- 6.4 Deverá conter em seus quadros técnicos engenheiro ou tecnólogo com certificação específica no Sistema Dimetra existente de propriedade da Secretaria de Segurança com experiência na área.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 7.1 Este Termo de Referência define as especificações técnicas, a serem seguidas pela CONTRATADA, em estrita concordância e obediência às Normas Brasileiras (NR e NBR) pertinentes em vigor, bem como legislação municipal, estadual e federal.
- 7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme procedimentos e responsabilidades estabelecidos no contrato e em seus anexos, mão de obra, peças, equipamentos e acessórios de uso geral e de proteção individual, além de materiais de consumo necessários a entrega dos equipamentos configurados, objetos do contrato, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.
- 7.3 Estão inclusos no objeto toda a mão de obra, serviços e componentes necessários para o fornecimento descrito neste Termo de Referência.

8. DEFINIÇÃO DO ESCOPO

- 8.1 O presente processo tem por objetivo a contratação de Empresa Nacional ou Estrangeira para fornecimento de terminais de radiocomunicação compatíveis com a Solução de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA que encontra-se em operação em todo o estado da Paraíba, conforme tabela 1 e as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

LOT E	ITE M	CÓ DI G O	DESCRIÇÃO DO ITEM	TIPO	QTD E
01	01		Terminais fixos padrão TETRA 380MHZ compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	MATERIAL	50
	02		Terminais móveis padrão TETRA 380MHZ compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba,	MATERIAL	400





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

		conforme especificado neste Termo de Referência.		
03		Terminais Portáteis padrão TETRA 380MHZ com tecnologia de seleção automática LMR/LTE/WIFI compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	MATERIAL	40
04		Terminais Portáteis padrão TETRA 380MHZ com tecnologia compatível com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	MATERIAL	478

TABELA 1 – QUANTITATIVOS

9. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

9.1 ITEM 1 – TERMINAIS FIXOS PADRÃO TETRA

- 9.1.1 O transceptor de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa de frequência mínima de 380 a 400 MHz, de tecnologia digital, com recursos de criptografia interface aérea, para operação em modo troncalizado e convencional (direto), capaz de operar em modo semi-duplex e/ou full-duplex.
- 9.1.2 O transceptor deverá ter no painel frontal do equipamento todos os controles necessários para utilização do equipamento como ajuste de volume, selecionador de canais, grupos e outros, visor alfanumérico com capacidade de receber mensagens curtas de texto (pelo menos 100 caracteres por mensagem), apresentar identificação do chamador, do grupo selecionado e/ou do registrado e outras informações.
- 9.1.3 O transceptor deverá possuir display de tamanho pelo menos de 2 polegadas em cores.
- 9.1.4 Deve possuir supressão de ruídos utilizando inteligência artificial (IA) para identificar as características da voz humana e suprimir ruídos

Página 36 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

externos extremos. Deve ser configurável caso necessário de permitir algum ruído para contextualizar a comunicação.

- 9.1.5 O transceptor deverá ter botão de sinalização de emergência e de chamada em prioridade de fácil localização e acionamento.
- 9.1.6 O transceptor deverá ter botões para seleção de grupos de chamada de acesso direto, sem necessidade de acionar comando no menu, sendo a seleção realizada apenas pelo pressionamento dos botões.
- 9.1.7 O transceptor deverá ter capacidade de varredura de canais (SCAN) configurável e acionada diretamente no terminal ou por meio de programação via aplicativo designado para esse fim.
- 9.1.8 O transceptor deverá possuir teclado padrão com numerais de 0 a 9, símbolos # e * e caracteres alfabéticos, similar ao utilizado em telefonia.
- 9.1.9 O transceptor deverá permitir o envio e recebimento de mensagens curtas de dados a partir de aplicação remota para todos os usuários do sistema (broadcast) e para grupo ou terminal em particular mesmo que esteja em modo DMO Gateway/Repeater.
- 9.1.10 Caso necessário aplicativos adicionais para a plena utilização deste recurso, estes devem ser fornecidos com suas licenças de uso irrestrito sem custos adicionais.
- 9.1.11 O transceptor deverá possuir capacidade de gerar e receber chamadas de voz e dados individuais, em grupo ou um-para-todos (broadcast), todas criptografadas na interface aérea, padrão aberto e permitir a implementação futura de sistema de troca de chaves de criptografia.
- 9.1.12 O transceptor deverá possuir capacidade para configuração e operação de, no mínimo, 128 (cento e vinte e oito) grupos de conversação.
- 9.1.13 O transceptor deve possuir capacidade para conexão, através de cabo, ao equipamento periférico de dados tipo computador portátil (notebook) ou de mesa (desktop) através de conector padrão USB ou RS. Poderá o terminal de rádio possuir conector padrão USB ou RS-232 diretamente para conexão ou utilizar adaptador do conector do terminal para padrão USB ou RS-232 desde que possibilite a troca de informações entre o terminal e o equipamento periférico com rendimento semelhante a conexão direta.
- 9.1.14 O transceptor deve possuir potência de saída de áudio mínima de 5W (RMS), deve ser fornecida uma caixa de som compatível.

Página 37 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS

- 9.1.15 O transceptor deve possuir conector de RF padrão para uso de antena externa ao terminal com perda máxima de 1 dB por unidade.
- 9.1.16 No transceptor, a antena deverá ser do tipo outdoor diretiva, apresentando um ganho mínimo de 9 dBi para a faixa de operação em 380 MHz, deve ser fornecida em conjunto com o transceptor e deve estar em conformidade com as regulamentações legais, em especial as da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), os cabos, tipo guia de onda ou de mesma aplicabilidade. O Sistema irradiante deve ser específico para atender as condições de instalação nas infraestruturas disponíveis. O transceptor ainda deverá ser dotado de uma antena para conectividade Wi-fi.
- 9.1.17 O Microfone do transceptor deve ser de mesa, de fácil conexão ao terminal, com baixa captação de ruído ambiente, com haste e tecla aperte para falar.
- 9.1.18 O transceptor deve ser resistente a choques e vibrações, pó e água, de acordo com a classificação de proteção IP54 ou superior.
- 9.1.19 O transceptor deve atender à Certificação Militar que atesta resistência de dispositivos MIL-STD-810 em 11 categorias ETSI ETS 300 019-1-5 ETSI 300 019 -2-5 em 7 categorias no total, além de proteção IP54 ou superior para transceptor e proteção IP67 para a "control head".
- 9.1.20 Deve suportar a criptografia na Interface Aérea (Air Interface Encryption) nas Classes 1, 2 e 3, algoritmos TEA1, TEA2 e TEA3, criptografia fim-a-fim E2EE projetado para padrões FIPS 140-2 Nível 3.
- 9.1.21 O hardware deve estar pronto para receber futuros algoritmos de criptografia TEA5, TEA6 e TEA7, além de algoritmos de criptografia dual para que esteja preparado para receber necessidades de melhorias de segurança no equipamento atual.
- 9.1.22 Deve possuir WI-FI e possibilitar bandas de 2.4GHz e 5GHz para permitir OTAP (Over-The-Air Programming) através de WI-FI, permitindo atualizações utilizando protocolo de segurança TLS1.2.
- 9.1.23 Deve permitir conexão segura com um smartphone ou tablet remotamente para controle do rádio (por exemplo, mudar entre modo Gateway e Repeater).
- 9.1.24 Deve permitir diferentes talkgroups ou modos (TMO & DMO) em uma mesma "control head" ou cabeça controladora.
- 9.1.25 Deve permitir a montagem remota da cabeça controladora de no mínimo 3 metros de distância do transceptor.

Página 38 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.1.26 Possuir conectividade Bluetooth 5.2 ou superior com alcance de no mínimo 50 metros.
- 9.1.27 O sistema de localização deve ser capaz de suportar GNSS (GPS/GLONASS/BEIDOU/Galileo) e permitir uma precisão de localização mínima de 3 metros com 95% de probabilidade.
- 9.1.28 Permitir Multi-Slot Packet Data (MSPD) para permitir envios de mensagens mesmo que o sistema congestionado.
- 9.1.29 A tensão de alimentação do transceptor deve ser de 10.8 a 15.6VDC.
- 9.1.30 O sistema de alimentação deverá ser composto por uma fonte de 220v para a tensão de alimentação do transceptor. Esta fonte deverá ser alimentada por um sistema alternativo de energia para funcionamento do equipamento por pelo menos 2 horas em caso de falta de energia.
- 9.1.31 A impedância do transmissor de RF de 50 ohms com variação máxima de 1%.
- 9.1.32 Possuir potência de RF maior ou igual a 10W e a sensibilidade dinâmica do receptor igual ou melhor que -116 dbm para taxa de bits errados (BER) de no máximo 5%.
- 9.1.33 O transceptor deve permitir suporte mínimo para WAP 1.x (ou superior) ou browser XHTML.
- 9.1.34 O transceptor deve ter as funções Gateway TMO/DMO e Repetidor DMO ativas.
- 9.1.35 Possibilitar controle multi-radio que permite uso simultâneo de diferentes grupos de conversação ou modos (TMO & DMO) em uma única cabeça de controle.
- 9.1.36 O transceptor deve possuir certificado de Interoperabilidade que comprovem a compatibilidade com o Sistema TETRA, com todas as funcionalidades solicitadas nesse termo.
- 9.1.37 O transceptor deve ser instalado, configurado e colocado em operação pela contratada com todos os seus componentes e acessórios necessários para o seu funcionamento.
- 9.1.38 Possibilitar integração RUA / RUI para a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição do pool de rádios para usuário e

Página 39 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

TPBdoc



SDSPRC202500920V02

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social - SESDS-PB.

- 9.1.39 Todas as licenças a seguir devem ser fornecidas juntamente com os equipamentos:
- 9.1.39.1 Licença de usuário para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radio comunicação Digital Padrão TETRA da Secretaria da Segurança e da Defesa Social.
 - 9.1.39.2 Licença para aplicação RUA/RUI para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição do pool de rádios para usuário e identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social
 - 9.1.39.3 Licença para programação remota para Sistema TETRA DIMETRA existente de propriedade da Secretaria de Segurança, para possibilitar a configuração remota dos rádios através da plataforma existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social, reduzindo tempo e custo operacional.
 - 9.1.39.4 Priorização de chamada. O rádio enviará uma solicitação de priorização que interrompe uma chamada em grupo e permite fazer chamadas de maior prioridade utilizando apenas o PTT.
 - 9.1.39.5 Funções de bluetooth ativas para reepção e envio de mensagens de voz e dados.
 - 9.1.39.6 Chamadas de emergência. O rádio deverá ser capaz de enviar um alerta de emergência e efetuar chama de emergência com prioridade.
 - 9.1.39.7 Licença de usuário para o SISTEMA TETRA DIMETRA, para possibilitar a inserção de cada terminal dentro do sistema existente.
- 9.1.40 A CONTRATADA deverá apresentar amostra dos equipamentos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação emanada pela SESDS para realização de prova de conceito conforme estabelecido no item 10 ROTEIRO PARA AS ANÁLISES DE AMOSTRAS a ser realizada no sistema TETRA DIMETRA existente de propriedade da Secretaria de Segurança. Os rádios serão interligados para operabilidade cujo resultado comprove que os equipamentos ofertados atendam todas as funcionalidades exigidas no termo de referência.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.1.41 O equipamento deve ter homologação ANATEL até a data de entrega acordada na oficialização do primeiro pedido deste equipamento, na forma de sua regulamentação, tanto o equipamento quanto os demais agregados citados que se enquadrem como emissores de radiofrequência.
- 9.1.42 O transceptor deve possuir protocolo de comunicação de interface aérea definido por padrão de radiocomunicação especificado por organismo padronizador nacional e/ou internacional, em especial nos quesitos de transmissão de voz e dados, segurança e criptografia e sinalização e autenticação de terminal na rede.

9.2 ITEM 2 - TERMINAIS MÓVEIS DE TECNOLOGIA PADRÃO TETRA

- 9.2.1 O transceptor de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa de frequência 380 a 400 MHz, de tecnologia digital, com recursos de criptografia interface aérea, para operação em modo troncalizado e convencional (direto), capaz de operar em modo semi-duplex e/ou full-duplex.
- 9.2.2 O transceptor deverá ter no painel frontal do equipamento todos os controles necessários para utilização do equipamento como ajuste de volume, selecionador de canais, grupos e outros, visor alfanumérico com capacidade de receber mensagens curtas de texto (pelo menos 100 caracteres por mensagem), apresentar identificação do chamador, do grupo selecionado e/ou do registrado e outras informações.
- 9.2.3 O transceptor deverá possuir display de tamanho pelo menos de 2 polegadas em cores.
- 9.2.4 Deve possuir supressão de ruídos utilizando inteligência artificial (IA) para identificar as características da voz humana e suprimir ruídos externos extremos. Deve ser configurável caso necessário de permitir algum ruído para contextualizar a comunicação.
- 9.2.5 O transceptor deverá ter botão de sinalização de emergência e de chamada em prioridade de fácil localização e acionamento.
- 9.2.6 O transceptor deverá ter botões para seleção de grupos de chamada de acesso direto, sem necessidade de acionar comando no menu, sendo a seleção realizada apenas pelo pressionamento dos botões.

Página 41 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

TPB00C



SDSPRC202500920V02

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

- 9.2.7 O transceptor deverá ter capacidade de varredura de canais (SCAN) configurável e acionada diretamente no terminal ou por meio de programação via aplicativo designado para esse fim.
- 9.2.8 O transceptor deverá possuir teclado padrão com numerais de 0 a 9, símbolos # e * e caracteres alfabéticos, similar ao utilizado em telefonia.
- 9.2.9 O transceptor deverá permitir o envio e recebimento de mensagens curtas de dados a partir de aplicação remota para todos os usuários do sistema (broadcast) e para grupo ou terminal em particular mesmo que esteja em modo DMO Gateway/Repeater.
 - 9.2.9.1 Caso necessário aplicativos adicionais para a plena utilização deste recurso, estes devem ser fornecidos com suas licenças de uso irrestrito sem custos adicionais.
- 9.2.10 O transceptor deverá possuir capacidade de gerar e receber chamadas de voz e dados individuais, em grupo ou um-para-todos (broadcast), todas criptografadas na interface aérea, padrão aberto e permitir a implementação futura de sistema de troca de chaves de criptografia.
- 9.2.11 O transceptor deverá possuir capacidade para configuração e operação de, no mínimo, 128 (cento e vinte oito) grupos de conversação.
- 9.2.12 O transceptor deve possuir capacidade para conexão, através de cabo, ao equipamento periférico de dados tipo computador portátil (notebook) ou de mesa (desktop) através de conector padrão USB ou RS. Poderá o terminal de rádio possuir conector padrão USB ou RS-232 diretamente para conexão ou utilizar adaptador do conector do terminal para padrão USB ou RS-232 desde que possibilite a troca de informações entre o terminal e o equipamento periférico com rendimento semelhante a conexão direta.
- 9.2.13 O transceptor deve possuir potência de saída de áudio mínima de 5W (RMS), sendo fornecido alto-falante externo conectado.
- 9.2.14 O transceptor deve possuir conector de RF padrão para uso de antena externa ao terminal com perda máxima de 1 dB por unidade.
- 9.2.15 No transceptor, a antena de transmissão/recepção deve ser apropriada à sua utilização em veículo apresentando um ganho mínimo de 3dB, deve possuir recepção para GPS (integrada) e deve ser fornecida em conjunto com o mesmo, bem como os elementos que compõem sistema irradiante (cabos, conectores e outros). Este Kit deve ser instalado de modo que obtenha a melhor performance para operação com veículo em movimento ou parado, mas sem interferir em seu funcionamento e todas as partes veiculares envolvidas na instalação devem ser completamente

Página 42 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

vedadas. O transceptor ainda deverá ser dotado de uma antena para conectividade Wi-fi.

- 9.2.16 O transceptor deve ser resistente a choques e vibrações, pó e água, de acordo com a classificação de proteção IP54 ou superior.
- 9.2.17 O transceptor deve atender à Certificação Militar que atesta resistência de dispositivos MIL-STD-810, além de proteção IP54 ou superior para transceptor e proteção mínima IP67 para a "control head".
- 9.2.18 Deve suportar a criptografia na Interface Aérea (Air Interface Encryption) nas Classes 1, 2 e 3, algoritmos TEA1, TEA2 e TEA3, criptografia fim-a-fim E2EE projetado para padrões FIPS 140-2 Nível 3.
- 9.2.19 O hardware deve estar pronto para receber futuros algoritmos de criptografia TEA5, TEA6 e TEA7, além de algoritmos de criptografia dual para que esteja preparado para receber necessidades de melhorias de segurança no equipamento atual.
- 9.2.20 Deve possuir WI-FI e possibilitar bandas de 2.4GHz e 5GHz para permitir OTAP (Over-The-Air Programming) através de WI-FI, permitindo atualizações utilizando protocolo de segurança TLS1.2. Esta função deve estar ativa e funcional através de uma antena específica.
- 9.2.21 Deve permitir conexão segura com um smartphone ou tablet remotamente para controle do rádio (por exemplo, mudar entre modo Gateway e Repeater).
- 9.2.22 Deve permitir diferentes talkgroups ou modos (TMO & DMO) em uma mesma "control head" ou cabeça controladora.
- 9.2.23 Deve permitir a montagem remota da cabeça controladora de no mínimo 5 metros de distância do transceptor. Deve ser acompanhado do cabeamento necessário para esta distância.
- 9.2.24 Possuir conectividade Bluetooth 5.2 ou superior com alcance de no mínimo 60 metros.
- 9.2.25 O sistema de localização deve ser capaz de suportar GNSS (GPS/GLONASS/BEIDOU/Galileo) e permitir uma precisão de localização mínima de 3 metros com 95% de probabilidade.
- 9.2.26 Permitir Multi-Slot Packet Data (MSPD) para permitir envios de mensagens mesmo que o sistema congestionado.
- 9.2.27 O sistema de alimentação do transceptor deve ser de 10.8 a 15.6VDC. Deve ser fornecido o cabo de alimentação de pelo menos 5 metros.

Página 43 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sedes.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.2.28 O Transmissor deve ter saída final com o mínimo de 10 (dez) watts.
- 9.2.29 A impedância do transmissor de RF de 50 ohms com variação máxima de 1%.
- 9.2.30 Possuir potência de RF maior ou igual a 10W e a sensibilidade dinâmica do receptor igual ou melhor que -116 dbm para taxa de bits errados (BER) de no máximo 5%.
- 9.2.31 O transceptor deve permitir suporte mínimo para WAP 1.x (ou superior) ou browser XHTML.
- 9.2.32 O transceptor deve ter as funções Gateway TMO/DMO e Repetidor DMO.
- 9.2.33 Possibilitar controle multi-radio que permite uso simultâneo de diferentes grupos de conversação ou modos (TMO & DMO) em uma única cabeça de controle.
- 9.2.34 O transceptor deve possuir certificado de Interoperabilidade que comprovem a compatibilidade com o Sistema TETRA, com todas as funcionalidades solicitadas nesse termo.
- 9.2.35 O transceptor deve ser instalado, configurado e colocado em operação pela contratada com todos os seus componentes e acessórios necessários para o seu funcionamento.
- 9.2.36 Possibilitar integração RUA / RUI para a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição do pool de rádios para usuário e identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social - SESDS-PB.
- 9.2.37 Todas as licenças a seguir devem ser fornecidas juntamente com os equipamentos:
 - 9.2.37.1 Licença de usuário para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radio comunicação Digital Padrão TETRA da Secretaria da Segurança e da Defesa Social.
 - 9.2.37.2 Licença para aplicação RUA/RUI para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição do pool de rádios para usuário e





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social

- 9.2.37.3 Licença para programação remota para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a configuração remota dos rádios através da plataforma existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social, reduzindo tempo e custo operacional.
- 9.2.37.4 Priorização de chamada. O rádio enviará uma solicitação de priorização que interrompe uma chamada em grupo e permite fazer chamadas de maior prioridade, usando apenas o PTT.
- 9.2.37.5 Funções de bluetooth ativas para reepção e envio de mensagens de voz e dados.
- 9.2.37.6 Chamadas de emergência. O rádio deverá ser capaz de enviar um alerta de emergência e efetuar chama de emergência com prioridade.
- 9.2.37.7 Licença de usuário para o SISTEMA TETRA DIMETRA, para possibilitar a inserção de cada terminal dentro do sistema existente.
- 9.2.37.8 Funções de wi-fi ativa para programação e atualização remota.
- 9.2.38 A CONTRATADA deverá apresentar amostra dos equipamentos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação emanada pela SESDS para realização de prova de conceito conforme estabelecido no item 10 ROTEIRO PARA AS ANÁLISES DE AMOSTRAS a ser realizada no sistema TETRA DIMETRA existente de propriedade da Secretaria de Segurança. Os rádios serão interligados para operabilidade cujo resultado comprove que os equipamentos ofertados atendam todas as funcionalidades exigidas no termo de referência.
- 9.2.39 O equipamento deve ter homologação ANATEL até a data de entrega acordada na oficialização do primeiro pedido deste equipamento, na forma de sua regulamentação, tanto o equipamento quanto os demais agregados citados que se enquadrem como emissores de radiofrequência.
- 9.2.40 O transceptor deve possuir protocolo de comunicação de interface aérea definido por padrão de radiocomunicação especificado por organismo padronizador nacional e/ou internacional, em especial nos quesitos de transmissão de voz e dados, segurança e criptografia e sinalização e autenticação de terminal na rede.

9.3 ITEM 3 - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TECNOLOGIA DUPLA PADRÃO LTE/TETRA

Página 45 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.3.1 O transceptor de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa de frequência 380 a 400 MHz, de tecnologia digital, com recursos de criptografia interface aérea, para operação em modo troncalizado e convencional (direto), capaz de operar em modo semi-duplex e/ou full-duplex.
- 9.3.2 O terminal deve possuir todos os controles necessários à utilização do mesmo como ajuste de volume, selecionador de canais e grupos e outros, e visor colorido maior ou igual a 2 polegadas, alfanumérico com capacidade de receber mensagens curtas de texto (pelo menos 100 caracteres por mensagem), apresentar identificação do chamador, do grupo selecionado e/ou do registrado e outras informações.
- 9.3.3 Botão de sinalização de emergência e de chamada em prioridade de fácil localização e acionamento.
- 9.3.4 Botões para seleção de grupos de chamada de acesso direto, ou seja, sem necessidade de acionar comando no menu sendo a seleção realizada apenas pelo pressionamento dos botões.
- 9.3.5 Teclado padrão com numerais de 0 a 9, símbolos "#" e "*" e caracteres alfabéticos, similar ao utilizado em telefonia.
- 9.3.6 Capacidade de varredura de canais (SCAN) configurável e acionada diretamente no terminal ou por meio de programação via aplicativo designado para esse fim.
- 9.3.7 Capacidade de gerar e receber chamadas de voz e dados individuais, em grupo ou um-para-todos (broadcast), todas criptografadas, interface aérea.
- 9.3.8 Capacidade para configuração e operação de, ao mínimo 128 (cento e vinte e oito) grupos de conversação.
- 9.3.9 Possuir potência de RF maior ou igual a 2 Watts.
- 9.3.10 Deve possuir uma antena emborrachada, flexível, com conector em aço inox, frequência de operação de pelo menos 380 à 470 MHz, ganho de 2dBi ou superior, original do fabricante.
- 9.3.11 Deve possibilitar utilizar voz sobre rede de Wi-Fi e LTE para funcionamento em locais interiores que possuam cobertura de rede Wi-Fi. A mudança de modo de transmissão deve ser automática, porém priorizando a rede TETRA. Em caso de falha ou baixo sinal da rede TETRA, o transceptor deve alterar o modo de transmissão para LTE ou Wi-Fi sem a intervenção do usuário.
- 9.3.12 Deve possuir saída de áudio de no mínimo 1W.

Página 46 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPB00C

TPBdoc



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS

- 9.3.13 Deve possuir algoritmo de supressão de ruído dual automático através de realimentação dos ruídos externos para supressão dos efeitos negativos, supressão adaptativa de ruídos de ventos e outros de ambientes externos.
- 9.3.14 Deve suportar a criptografia na Interface Aérea (Air Interface Encryption) nas Classes 1, 2 e 3, algoritmos TEA1, TEA2 e TEA3, 3G, criptografia fim-a-fim (E2EE) com AES de 128bit.
- 9.3.15 Deve possibilitar recurso de troca de chaves utilizando a interface aérea (OTAR - Over The Air Rekeying) com criptografia fim-a-fim (E2EE) com AES de 128bit entre terminais e entre terminais e consoles.
- 9.3.16 Segurança TETRA Classe 1 (Clear), Classe 2 (SCK), Classe 3 (DCK/CCK, OTAR-CCK, OTAR-SCK) e Classe 3G (GCK, OTAR-GCK)
- 9.3.17 Deve ter possibilidade de utilização do protocolo LRRP (Location Request/Response Protocol) ou padrão ETSI LIP para o transporte dos dados de posicionamento de GPS.
- 9.3.18 Deve suportar GPS, Galileo, GLONASS e BeiDou com GNSS provendo precisão de localização de 3 metros com probabilidade de 95% de certeza a -130dBm, garantindo assim, o uso seguro em locais de baixo sinal.
- 9.3.19 Deve ter capacidade de ser programado através da interface aérea da rede tetra e de uma rede wi-fi 2.4GHz e 5GHz.
- 9.3.20 Poder ser conectado a um smartphone para interação com o rádio através do NFC (ISO/IEC 15693) e no mínimo Bluetooth 5.0 com modo de segurança nível 4, conforme recomendação da NIST5.
- 9.3.21 O transceptor deve possuir certificado para resistir à poeira, à chuva, aos choques e às quedas, com as classificações P65, IP66, IP67, IP68, podendo ser submerso por até 1 hora a uma profundidade de até 1m, e testado conforme normas MIL-STD-810 e ETSI 300 019-1-5 e ETSI 300 019 -2-5.
- 9.3.22 Suportar temperaturas de -10°C até 60°C.
- 9.3.23 Devem ser fornecidas duas bateria originais do fabricante de no mínimo de 3000mAh Li-Ion para cada transceptor e um carregador de mesa que possibilite o recarregamento das duas baterias simultaneamente, com padrão de tomada brasileiro e alimentação em 220v.
- 9.3.24 Deve ser fornecido uma presilha que possibilite a fixação do rádio à uma capa, colete ou cinto do usuário.

Página 47 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SEDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.3.25 Possibilitar integração RUA / RUI para a interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição de rádios para usuário e identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social - SESDS-PB.
- 9.3.26 Deve possuir WI-FI e possibilitar bandas de 2.4GHz e 5GHz para permitir OTAP (Over-The-Air Programming) através de WI-FI, permitindo atualizações utilizando protocolo de segurança TLS1.2.
- 9.3.27 Deverá ser fornecido um extensor de PTT com autofalante, com conexão para fone de ouvido externo. O conector do extensor de PTT deverá ficar protegido quando não estiver em uso, evitando contato com poeira e umidade.
- 9.3.28 Todas as licenças a seguir devem ser fornecidas juntamente com os equipamentos:
- 9.3.28.1 Licença de usuário para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radio comunicação Digital Padrão TETRA da Secretaria da Segurança e da Defesa Social.
- 9.3.28.2 Licença para aplicação RUA/RUI para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição do pool de rádios para usuário e identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social
- 9.3.28.3 Licença para programação remota para Sistema TETRA DIMETRA existente, para possibilitar a configuração remota dos rádios através da plataforma existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social, reduzindo tempo e custo operacional.
- 9.3.28.4 Priorização de chamada. O rádio enviará uma solicitação de priorização que interrompe uma chamada em grupo e permite fazer chamadas de maior prioridade, usando apenas o PTT.
- 9.3.28.5 Funções de bluetooth ativas para reepção e envio de mensagens de voz e dados.
- 9.3.28.6 Chamadas de emergência. O rádio deverá ser capaz de enviar um alerta de emergência e efetuar chama de emergência com prioridade.

Página 48 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPB00C

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

9.3.28.7 Licença de usuário para o SISTEMA TETRA DIMETRA, para possibilitar a inserção de cada terminal dentro do sistema existente.

9.3.29 A CONTRATADA deverá apresentar amostra dos equipamentos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação emanada pela SESDS para realização de prova de conceito conforme estabelecido no item 10 ROTEIRO PARA AS ANÁLISES DE AMOSTRAS a ser realizada no sistema TETRA DIMETRA existente de propriedade da Secretaria de Segurança. Os rádios serão interligados para operabilidade cujo resultado comprove que os equipamentos ofertados atendam todas as funcionalidades exigidas no termo de referência.

9.3.30 O equipamento deve ter homologação ANATEL até a data de entrega acordada na oficialização do primeiro pedido deste equipamento, na forma de sua regulamentação, tanto o equipamento quanto os demais agregados citados que se enquadrem como emissores de radiofrequência.

9.3.31 O transceptor deve possuir protocolo de comunicação de interface aérea definido por padrão de radiocomunicação especificado por organismo padronizador nacional e/ou internacional, em especial nos quesitos de transmissão de voz e dados, segurança e criptografia e sinalização e autenticação de terminal na rede.

9.4 ITEM 4 - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TECNOLOGIA /TETRA

9.4.1 O transceptor de comunicação por frequência de rádio, dentro da faixa de frequência 380 a 400 MHz, de tecnologia digital TETRA, com recursos de criptografia interface aérea, para operação em modo troncalizado e convencional (direto), capaz de operar em modo semi-duplex e/ou full-duplex.

9.4.2 O terminal deve possuir todos os controles necessários à utilização do mesmo como ajuste de volume, selecionador de canais e grupos e outros, e visor colorido maior ou igual a 2 polegadas, alfanumérico com capacidade de receber mensagens curtas de texto (pelo menos 100 caracteres por mensagem), apresentar identificação do chamador, do grupo selecionado e/ou do registrado e outras informações.

9.4.3 Botão de sinalização de emergência e de chamada em prioridade de fácil localização e acionamento.

Página 49 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.4.4 Botões para seleção de grupos de chamada de acesso direto, ou seja, sem necessidade de acionar comando no menu sendo a seleção realizada apenas pelo pressionamento dos botões.
- 9.4.5 Teclado padrão com numerais de 0 a 9, símbolos "#" e "*" e caracteres alfabéticos, similar ao utilizado em telefonia.
- 9.4.6 Capacidade de varredura de canais (SCAN) configurável e acionada diretamente no terminal ou por meio de programação via aplicativo designado para esse fim.
- 9.4.7 Capacidade de gerar e receber chamadas de voz e dados individuais, em grupo ou um-para-todos (broadcast), todas criptografadas, interface aérea.
- 9.4.8 Capacidade para configuração e operação de, ao mínimo 128 (cento e vinte e oito) grupos de conversação.
- 9.4.9 Possuir potência de RF maior ou igual a 2 Watts.
- 9.4.10 Deve possuir uma antena emborrachada, flexível, com conector em aço inox, frequência de operação de pelo menos 380 à 470 MHz, ganho de 2dBi ou superior, original do fabricante.
- 9.4.11 Deve possuir saída de áudio de no mínimo 1W.
- 9.4.12 Deve possuir algoritmo de supressão de ruído dual automático através de realimentação dos ruídos externos para supressão dos efeitos negativos, supressão adaptativa de ruídos de ventos e outros de ambientes externos.
- 9.4.13 Deve suportar a criptografia na Interface Aérea (Air Interface Encryption) nas Classes 1, 2 e 3, algoritmos TEA1, TEA2 e TEA3, 3G, criptografia fim-a-fim (E2EE) com AES de 128bit.
- 9.4.14 Deve possibilitar recurso de troca de chaves utilizando a interface aérea (OTAR - Over The Air Rekeying) com criptografia fim-a-fim (E2EE) com AES de 128bit entre terminais e entre terminais e consoles.
- 9.4.15 Segurança TETRA Classe 1 (Clear), Classe 2 (SCK), Classe 3 (DCK/CCK, OTAR-CCK, OTAR-SCK) e Classe 3G (GCK, OTAR-GCK)
- 9.4.16 Deve ter possibilidade de utilização do protocolo LRRP (Location Request/Response Protocol) ou padrão ETSI LIP para o transporte dos dados de posicionamento de GPS.
- 9.4.17 Deve suportar GPS, Galileo, GLONASS e BeiDou com GNSS provendo precisão de localização de 3 metros com probabilidade de 95% de

Página 50 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

certeza a -130dBm, garantindo assim, o uso seguro em locais de baixo sinal.

- 9.4.18 Deve ter capacidade de ser programado através da interface aérea da rede tetra e de uma rede wi-fi 2.4GHz e 5GHz.
- 9.4.19 Poder ser conectado a um smartphone para interação com o rádio através do NFC (ISO/IEC 15693) e no mínimo Bluetooth 5.0 com modo de segurança nível 4, conforme recomendação da NIST5.
- 9.4.20 O transceptor deve possuir certificado para resistir à poeira, à chuva, aos choques e às quedas, com as classificações P65, IP66, IP67, IP68, podendo ser submergido por até 1 hora a uma profundidade de até 1m, e testado conforme normas MIL-STD-810 e ETSI 300 019-1-5 e ETSI 300 019 -2-5.
- 9.4.21 Suportar temperaturas de -10°C até 60°C.
- 9.4.22 Devem ser fornecidas duas bateria originais do fabricante de no mínimo de 3000mAh Li-Ion para cada transceptor e um carregador de mesa que possibilite o recarregamento das duas baterias simultaneamente, com padrão de tomada brasileiro e alimentação em 220v.
- 9.4.23 Deve ser fornecido uma presilha que possibilite a fixação do rádio à uma capa, colete ou cinto do usuário.
- 9.4.24 Possibilitar integração RUA / RUI para a interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição de rádios para usuário e identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social - SESDS-PB.
- 9.4.25 Deve possuir WI-FI e possibilitar bandas de 2.4GHz e 5GHz para permitir OTAP (Over-The-Air Programming) através de WI-FI, permitindo atualizações utilizando protocolo de segurança TLS1.2.
- 9.4.26 Deverá ser fornecido um fone de ouvido original do fabricante com conexão por fio. O conector do fone de ouvido deverá ficar protegido quando não estiver em uso, evitando contato com poeira e umidade.
- 9.4.27 Todas as licenças a seguir devem ser fornecidas juntamente com os equipamentos:
 - 9.4.27.1 Licença de usuário para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radio comunicação Digital Padrão TETRA da Secretaria da Segurança e da Defesa Social.

Página 51 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPB00C

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 9.4.27.2 Licença para aplicação RUA/RUI para Sistema TETRA DIMETRA, para possibilitar a integração e interoperabilidade dos rádios digitais com o Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA possibilitando atribuição do pool de rádios para usuário e identificação dos mesmos através do sistema existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social
- 9.4.27.3 Licença para programação remota para Sistema TETRA DIMETRA existente, para possibilitar a configuração remota dos rádios através da plataforma existente da Secretaria da Segurança e da Defesa Social, reduzindo tempo e custo operacional.
- 9.4.27.4 Licença de usuário para o SISTEMA TETRA DIMETRA, para possibilitar a inserção de cada terminal dentro do sistema existente.
- 9.4.27.5 Priorização de chamada. O rádio enviará uma solicitação de priorização que interrompe uma chamada em grupo e permite fazer chamadas de maior prioridade, usando apenas o PTT.
- 9.4.27.6 Funções de bluetooth ativas para reepção e envio de mensagens de voz e dados.
- 9.4.27.7 Chamadas de emergência. O rádio deverá ser capaz de enviar um alerta de emergência e efetuar chama de emergência com prioridade.
- 9.4.28 A CONTRATADA deverá apresentar amostra dos equipamentos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação emanada pela SESDS para realização de prova de conceito conforme estabelecido no item 10 ROTEIRO PARA AS ANÁLISES DE AMOSTRAS a ser realizada no sistema TETRA DIMETRA existente de propriedade da Secretaria de Segurança. Os rádios serão interligados para operabilidade cujo resultado comprove que os equipamentos ofertados atendam todas as funcionalidades exigidas no termo de referência.
- 9.4.29 O equipamento deve ter homologação ANATEL até a data de entrega acordada na oficialização do primeiro pedido deste equipamento, na forma de sua regulamentação, tanto o equipamento quanto os demais agregados citados que se enquadrem como emissores de radiofrequência.
- 9.4.30 O transceptor deve possuir protocolo de comunicação de interface aérea definido por padrão de radiocomunicação especificado por organismo padronizador nacional e/ou internacional, em especial nos quesitos de transmissão de voz e dados, segurança e criptografia e sinalização e autenticação de terminal na rede.
- 9.5

Página 52 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC - Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

10. ROTEIRO PARA AS ANÁLISES DE AMOSTRAS:

10.1 FASE DE ANÁLISE DA AMOSTRA:

- 10.1.1 Esse roteiro tem o objetivo de consignar os requisitos que serão avaliados, durante a realização da Prova de Conceito prevista no presente certame.
- 10.1.2 A análise de amostras é o evento em que, as características técnicas dos produtos são avaliadas, não devendo ser erroneamente considerado como um momento de testes de desenvolvimento.
- 10.1.3 Visando não inferir o princípio da isonomia, uma vez que um produto, marca e modelo, seja desclassificado, por não atender aos requisitos da análise de amostras, ele não será mais aceito para um novo teste de análise de amostras, mesmo que apresentado por outro(s) licitante(s);
- 10.1.4 A amostra será testada e avaliada por comissão técnica nomeada para análise de atendimento dos itens deste Termo de Referência;
- 10.1.5 Se a amostra atender os itens de testes, o pregoeiro retomar a sessão pública informando os demais licitantes dessa decisão e prosseguirá para a avaliação dos requisitos de habilitação;
- 10.1.6 Se a amostra não for aceita, a proposta será desclassificada e será retomada a sessão pública para convocar o licitante detentor da segunda melhor oferta a apresentar as suas amostras, nos mesmos prazos e condições estabelecidas anteriormente
- 10.1.7 Para fins didáticos, os equipamentos e softwares da análise de amostras devem ser rigorosamente os mesmos ofertados na proposta, uma vez que se destina-se a testar e a provar a funcionalidade e conceito entre o solicitado e o ofertado.
- 10.1.8 Qualquer divergência entre marca, modelo ou características entre equipamentos/software principais ofertados na proposta comercial e apresentados na Análise de Amostras, implicarão na desclassificação da licitante.
- 10.1.9 A licitante poderá utilizar equipamentos usados na análise de amostras, desde que sejam os mesmos modelos ofertados em sua proposta. Caso os equipamentos sejam novos e sem utilização anterior, poderão posteriormente serem aplicados na implementação do projeto.
- 10.1.10 A análise da amostra poderá ocorrer em qualquer condição climática, sendo respeitada a data agendada para análise.





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS

- 10.1.11 Durante a análise das amostras, serão realizados testes a fim de comprovar os itens constantes neste item, porém, poderão ser realizados testes adicionais, a fim de comprovar quaisquer requisitos desta especificação, sem prévio aviso.

10.2 ATRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

- 10.2.1 Cabe à Comissão de Avaliação garantir a plena execução de todas as atividades relativas à análise de amostras;
- 10.2.2 Emitir o "Relatório de conclusão da avaliação técnica";
- 10.2.3 Emitir o Termo de aceite definitivo ou de recusa dos equipamentos, para fins de continuidade do procedimento licitatório.
- 10.2.4 Além dos testes, a comissão poderá realizar outros que considerar necessários à demonstração de atendimento ao edital, desde que não gerem à LICITANTE esforços e custos superiores ao razoável;
- 10.2.5 A critério da Comissão, elementos específicos poderão ser considerados válidos, por meio de análise documental, desde que a comprovação por este método seja inequívoca;
- 10.2.6 As demonstrações devem ser feitas nas dependências da sede principal da Secretaria de Segurança e da Defesa Social da Paraíba em João Pessoa/PB.

10.3 CRONOGRAMA:

- 10.3.1 Os testes nas amostras serão realizados em dias úteis a partir de 09h. O horário de encerramento dependerá do andamento dos trabalhos do dia.

Etapa	Data	Observação
Notificação da licitante para apresentação de amostras	A definir	O prazo máximo para execução dos testes após a notificação é de até 05 dias corridos, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias corridos, desde que devidamente justificado.
Apresentação da amostra	A definir	A licitante deverá estar disponível pelo prazo de até 15 dias corridos para demonstrar o





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

		funcionamento dos terminais.
Conclusão da avaliação da amostra	A definir	Até 15 dias corridos após início dos testes, conforme data inicial acordada entre as partes.
Divulgação da análise da amostra	A definir	Até 5 dias úteis para elaboração do relatório pela CONTRATANTE.

10.4 EQUIPAMENTOS A SEREM VALIDADOS:

- 10.4.1 Verificação mínima entre os itens ofertados e os apresentados para a análise de amostras;
- 10.4.2 Para a demonstração dos terminais, os itens ofertados na proposta e os apresentados na análise de amostras deverão ser apresentados com os seguintes itens mínimos para amostragem:
 - 10.4.2.1 01 (um) Terminal Portátil De Tecnologia Dupla Padrão LTE/TETRA e seus acessórios;
 - 1.1.1.1 01 (um) Terminal Móvel De Tecnologia Padrão TETRA e seus acessórios;
 - 1.1.1.1 01 (um) Terminal Fixo De Tecnologia Padrão TETRA e seus acessórios;
- 10.4.3 Deverão ser demonstrados à equipe de avaliação todos os itens acima descritos.
- 10.4.4 Todo e qualquer material de instalação para a prova de conceito é de responsabilidade da LICITANTE.

10.5 RESULTADOS ESPERADOS

- 10.5.1 Ao final da prova de conceito, a Secretaria da Segurança e da Defesa Social deverá ter a garantia que os requisitos deste edital sejam cumpridos demonstrando a interoperabilidade dos rádios contratados em operar dentro da rede existente para continuidade da eficácia de funcionamento e operação da Secretaria da Segurança e da Defesa Social, reduzindo tempo e custo operacional.





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

10.6 ROTEIRO DE TESTES DO TERMINAIS DE PADRÃO LTE/TETRA:

10.6.1 Demonstrar cumprimento requisitos do edital, incluindo interoperabilidade com sistema existente, conforme tabela abaixo:

ITEM	REQUISITOS	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÃO
01	Disponibilizar licença no Sistema de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA existente na SESDS para 01 (um) Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel.			
02	Programar 01 (um) Terminal de cada de rádio Portátil, Fixo e Móvel padrão TETRA no sistema existente com a criptografia existente em um grupo de conversação a ser definido pela SESDS e realizar testes de chamada PTT para outros rádios existentes e programados na rede da SESDS.			
03	Realizar testes de chamada de emergência através dos Terminais de rádio Portátil, Fixo e Móvel no Sistema TETRA da SESDS existente com os terminais existentes na SESDS atualmente.			
04	Demonstrar a funcionalidade de chamadas em Modo Gateway e Modo Repeter entre os Terminais Portáteis, Fixos e Móveis a serem fornecidos e os Terminais existentes na SESDS atualmente.			
05	Demonstrar que as características do visor e botões, incluindo botão de emergência para Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel estão em conformidade das solicitações deste edital.			





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DEFESA SOCIAL - SESDS

06	Permitir serviços, como, GPS, para o Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel dentro da área de cobertura da SESDS.			
07	Demonstrar a licença para programação remota para 01 (um) Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel Sistema TETRA da SESDS, para possibilitar a configuração remota dos rádios através da plataforma existente.			
08	Demonstrar a programação remota para 01 (um) Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel no Sistema TETRA da SESDS, através da plataforma existente.			
09	Demonstrar através no Sistema TETRA da SESDS existente bloqueio remoto para o Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel.			
10	Demonstrar através de manual ou especificação técnica do fabricante (datasheet) de todas as funcionalidades solicitadas neste edital para o Terminal de rádio Portátil, Fixo e Móvel.			

11. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

- 11.1 Dada à natureza crítica do serviço prestado e o papel institucional da CONTRATANTE, a CONTRATADA será obrigada a manter sigilo absoluto, em todos os aspectos, durante a execução do contrato de todas as informações como: sites, meios de transmissão e as atividades que apoiam a infraestrutura de telecomunicações.
- 11.2 É obrigação da CONTRATADA manter os mais altos níveis de segurança e confidencialidade tanto das informações recebidas, como decorrentes da execução do contrato, não podendo ser transmitida, publicada ou utilizada para fins diferentes daqueles estabelecidos no contrato. Esta obrigação mantém-se em vigor quando o contrato for finalizado.
- 11.3 Além disso, a CONTRATADA se responsabilizará, como encarregada pelo tratamento dos dados de caráter restrito, em cumprir com os regulamentos estabelecidos pela CONTRATANTE e apresentar a documentação necessária constando compromisso escrito do seu pessoal.





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 11.4 Deverá também informar aos funcionários de que só podem processar as informações estritamente necessárias ao atendimento dos serviços abrangidos por esta declaração, e também a obrigação de não publicar, ceder ou fornecer dados conhecidos.
- 11.5 A concepção, desenvolvimento e manutenção de software deve, em geral, observar as normas derivadas a partir das informações da política de segurança e proteção de dados, em particular no que diz respeito à identificação e autenticação de usuários, estabelecendo um mecanismo de identificação personalizado de cada usuário para acesso a qualquer sistema, o que limita a possibilidade de acesso não autorizado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com o exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- 12.1.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- 12.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 12.1.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com a Lei 14.133/21.
- 12.1.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 12.1.5 Comunicar à Contratante, no Prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

- 12.1.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.1.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 12.1.10 A CONTRATADA, além do fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à montagem e sua instalação física, deverá fornecer os serviços adicionais e não relacionados diretamente com a instalação dos equipamentos e constantes deste Termo de Referência, de tal forma a garantir o perfeito funcionamento da totalidade dos equipamentos e componentes, conforme especificado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1 Contratante obriga-se a:

- 13.1.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 13.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 13.1.3 Acompanhar, avaliar o fornecimento das peças e serviços, solicitar alterações no projeto executivo e fiscalizar o cumprimento das Obrigações da Contratada e Garantias do Produto como a execução do Objeto de acordo com o Projeto Executivo.
- 13.1.4 Aplicar as sanções previstas em Lei, quando do não cumprimento, pela CONTRATADA, das Especificações e Obrigações contidas neste Edital.
- 13.1.5 Designar servidor ou comissão técnica para acompanhar toda a execução do Objeto e seus itens descritos neste Termo de Referência.
- 13.1.6 Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da instalação dos produtos ou quando do funcionamento irregular para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos.

Página 59 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - cicc@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

TPB00C



SDSPRC202500920V02

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 13.1.7 Comunicar a CONTRATADA para que seja efetuada a substituição de empregado que não comprove possuir a qualificação técnica necessária à prestação do serviço, ou que não mantenha padrão de comportamento e disciplinar compatível com as normas e práticas da CONTRATANTE.
- 13.1.8 Efetuar o pagamento conforme os prazos estipulados no Cronograma Financeiro.
- 13.1.9 Respeitar os direitos de propriedade intelectual relativo ao uso, proteção e segurança dos programas, notificando a CONTRATADA de eventuais violações.
- 13.1.10 Disponibilizar para a CONTRATADA as áreas (terrenos), onde serão implantadas toda a Infraestrutura dos Sítios, nos quais serão instalados os equipamentos de Radiocomunicação.

14. GARANTIA DO PRODUTO:

Os bens deverão ter garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, a contar de cada aceite parcial gerado pela Contratante e no caso dos terminais de rádio a partir da entrega dos equipamentos.

- 14.1 A CONTRATADA deve garantir que os equipamentos fornecidos serão apropriados para suportar as condições climáticas nos locais onde serão instalados, sem prejuízo das características técnicas estabelecidas no Contrato.
- 14.2 A CONTRATADA deve garantir a qualidade, reposição de equipamento (caso constatado mau funcionamento oriundo de fábrica) e o funcionamento dos equipamentos, e de cada uma de suas partes componentes do sistema, separadamente, de acordo com as características descritas neste documento, ressalvadas os casos de manutenção inadequada ou operação incorreta por parte da CONTRATANTE.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 15.1 A CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- 15.2 NO CASO DE EMPRESA BRASILEIRA OU EMPRESA ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS:
 - 15.2.1 Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2 de maio de 2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30 de abril de 2007;

Página 60 | 66

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
CICC – Comissão de Compras e Capitação de Recursos
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB
www.paraiba.pb.gov.br - ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPBdoc

TPBdoc



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 15.2.2 Certificado de regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e § 1º do Artigo 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1.995.
- 15.2.3 Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade e expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.3 NO CASO DE EMPRESA ESTRANGEIRA:
- 15.3.1 Apresentar fatura pró-forma (proform invoice), contendo todas as informações necessárias para fins de abertura de crédito documentário irrevogável e irretroatável pela CONTRATADA, que acompanhará o equipamento em nome do Governo da Paraíba, a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, SESDS-PB, inclusive contendo todas as informações exigíveis, devidamente preenchidas, inclusive com a classificação aduaneira respectiva (NCM). As despesas referentes à abertura da carta de crédito documentário serão por conta da CONTRATADA;
- 15.3.2 O pagamento do objeto deste edital para empresa estrangeira será através de Carta de Crédito (custeada pela contratada), sendo feito em dólares norte-americanos ou euros ou, ainda, no caso de licitante nacional e estrangeira estabelecida no Brasil, os valores serão convertidos em moeda nacional corrente, pela taxa de câmbio (PTAx-Venda) vigente na data da licitação, fornecida pelo BACEN;
- 15.3.3 Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou crédito documentário, ou à contratação da carta de crédito (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), ou ainda referentes à renovação da Carta de Crédito, inclusive decorrente de aumento da taxa cambial, no caso de atraso de adimplemento atribuível à Contratada, serão por ela custeadas.
- 15.3.4 Para empresa nacional e estrangeira estabelecida no Brasil, o pagamento será mediante ordem bancária. Os valores serão convertidos em moeda nacional corrente, pela taxa de câmbio (PTAx-Venda) vigente na data da licitação, fornecida pelo BACEN (PTAx-Venda).
- 15.3.5 Ressalvados os créditos líquidos e incontroversos, nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação ou de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

- 15.3.6 Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- 15.3.6.1 Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente. Ressalvados os pagamentos de créditos líquidos e incontroversos;
 - 15.3.6.2 Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Estado da Paraíba e cobrado judicialmente.
 - 15.3.6.3 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma da Lei 14.133/21 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos da Lei 14.133/21
 - 15.3.6.4 Não haverá aceitação e consequente pagamento no caso de apresentação de equipamento divergente do objeto especificado.
- 15.3.7 Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.
- 15.3.8 No processamento do pagamento será retido, pelo Órgão Estadual competente, o valor corresponde ao produto resultante de 1,5% (um e meio por cento) sobre o total do pagamento, e que deverá repassar, em até 05 (cinco) dias, para a conta corrente do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo - FUNDO EMPREENDER PB, conforme determina o artigo 8º, inciso II DA Lei nº 9.335, alterada pela Medida Provisória 171/2011 c/c o artigo 3º do Decreto nº 32.086.
- 15.3.9 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 15.3.10 O pagamento à CONTRATADA será realizado de acordo com as condições de pagamento, estabelecidas nas etapas de pagamentos da Tabela 03 a seguir:

EQUIPAMENTOS PERMANENTES	QT D	ETAPA
--------------------------	---------	-------





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

Terminais Portáteis padrão TETRA compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SEDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado no Termo de Referência.	530	100% do valor de cada Item, 30 dias após a Entrega e Recebimento pela contratante do Equipamento.
Terminais Fixos padrão TETRA compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SEDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado no Termo de Referência.	50	100% do valor de cada Item, 30 dias após a Entrega e Recebimento pela contratante do Equipamento.
Terminais Móveis padrão TETRA compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SEDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado no Termo de Referência.	400	100% do valor de cada Item, 30 dias após a Entrega e Recebimento pela contratante do Equipamento.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 16.1 A CONTRATANTE nomeará uma comissão ou servidor para fiscalização do CONTRATO.
- 16.2 Nos termos da Lei 14.133/21, será designado representante ou comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 16.3 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 16.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/21





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

- 16.5 Sujeitar-se-á a Contratada a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às exigências formuladas dentro das prescrições legais.
 - 16.6 As exigências da fiscalização, quando relativas às obrigações da empresa na execução do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.
 - 16.7 CONTRATANTE poderá designar fiscal (ais) de campo para acompanhar o andamento das atividades da CONTRATADA.
 - 16.8 A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.
 - 16.9 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como os nomes dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
 - 16.10 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
 - 16.11 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
 - 16.12 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço para comprovar o registro de função profissional;
 - 16.13 Solicitar à contratada a substituição de qualquer consumável ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- 17. IGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:**
- 17.1 O prazo de vigência da contratação será de no máximo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura do contrato, ou na conformidade da Lei 14.133/21.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SESDS**

- 18.1 A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei 14.133/21 sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:
- 18.1.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 18.1.2 Multa moratória de até 1 % (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 18.1.3 Multa compensatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;
 - 18.1.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 18.1.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão Contratante, pelo prazo de até dois anos;
 - 18.1.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até cinco anos;
 - 18.1.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 18.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei 14.133/21.
- 18.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.4 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 18.5 As penalidades previstas nos subitens 22.1.5 a 22.1.7 importarão na inclusão da contratada no Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba-CAFI L/PB.
- 18.6 Cabe ao Órgão/Entidade contratante a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
E DA DEFESA SOCIAL - SEDS**

descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

- 18.7 As aplicações de penalidades por órgão participante deverão ser informadas ao órgão gerenciador.

19. SUBCONTRATAÇÃO:

- 19.1 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste edital, à exceção das obrigações acessórias, tais como serviços de instalação, serviços adequação dos sítios, torres, dentre outros, desde que previamente autorizado pela CONTRATANTE.

Elaborado por:

ANDERSON GOMES DA SILVA
Chefe do Núcleo de Telecomunicações
Responsável pelo Termo de Referência
Matrícula 522.836-1

De acordo:

FABIANO DE ABRANTES VIEIRA
Gerente de T.I.
Matrícula 155.122-1

Aprovo:

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES
Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº SDS-PRC-2025/00920
Processo nº 26.901.000920.2025
Pregão Eletrônico Internacional nº 023/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXXX/SESDS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, inscrição CNPJ nº 08.730.095/0001-00, com sede na Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I, nesta capital, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES, conforme atribuições que lhe foram delegadas pelo Ato Governamental nº 0051, de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado em 03/01/2019, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXX, Tel.: (XX) XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXX, representado por XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, conforme poderes conferidos pelo contrato social, na qualidade de Diretor, tendo em vista o que consta no **Processo nº SDS-PRC-2025/00920** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Internacional nº 23/2025 da Secretaria da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de Contratação de Empresa Nacional ou Estrangeira para o Fornecimento de Terminais de Rádio Móveis.

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>



SDSPRC202500920V02

TPB00C

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

1.2. Objeto da contratação:

transcrição:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL
1	01	Terminais fixos padrão TETRA 380MHZ compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	UND	50		
	02	Terminais móveis padrão TETRA 380MHZ compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	UNID	400		
	03	Terminais Portáteis padrão TETRA 380MHZ com tecnologia de seleção automática LMR/LTE/WIFI compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência	UND	40		
	04	Terminais Portáteis padrão TETRA 380MHZ com tecnologia compatível com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	UND	478		

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. A Autorização para Contratação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXX

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DAS CONDIÇÕES

5.2.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3. FORMA DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, mediante a emissão de Nota Fiscal, devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização, em conformidade do termo de referência.

5.3.2. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

5.3.3. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial (item 5.3.2), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

5.3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, inscrição CNPJ n.º 08.730.095/0001-00.

5.3.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta n.º 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

5.3.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa Conjunta n.º 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

5.3.7. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

5.3.8. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

5.3.8.1 Prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.3.8.2 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

5.3.8.3 Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estadual;

5.3.8.4 Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

5.4. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual n.º 43.250, de 2022.

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Fica assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, aplicando-se o índice geral de preços ao consumidor - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, contada da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. A contratante terá o prazo de 90 (noventa) dias para responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro requisitado pelo contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

8.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.14. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais determinados no termo de referência.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA CONTRAÇÃO (art. 96)

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

10.1 Os bens e serviços deverão ter garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, a contar de cada aceite parcial gerado pela Contratante e no caso dos terminais de rádio a partir da entrega dos equipamentos.

10.2 A CONTRATADA deve garantir que os equipamentos fornecidos serão apropriados para suportar as condições climáticas nos locais onde serão instalados, sem prejuízo das características técnicas estabelecidas no Contrato.

10.3 A CONTRATADA deve garantir a qualidade, reposição de equipamento (caso constatado mau funcionamento oriundo de fábrica) e o funcionamento dos equipamentos, e de cada uma de suas partes componentes do sistema, separadamente, de acordo com as características descritas neste documento, ressalvadas os casos de manutenção inadequada ou operação incorreta por parte da CONTRATANTE.

10.4. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria e em conformidade com Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV. Multa:

- a) de 1% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;
- b) de 5% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no CAFIL PB regulamentado pela Lei 9.697 de 04 de maio de 2012.

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: 26.901

- Fonte de Recursos: 713

- Programa de Trabalho: 06.121.5005.1072

- Elemento de Despesa: 449052

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

- RO nº 121/2025

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada, na forma estabelecida no Termo de Referência, pelo Gestor xxxxxxxx, matrícula nº xxxxxx, e o Fiscal xxxxxxxxxx, matrícula nº xxxxxxxx, especialmente designados pela Portaria nº xxxxxx, da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social – SEDS, de xx de xx de xxxx.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

18.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da **Comarca de João Pessoa**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa - PB, datado e assinado digitalmente.

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES
Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira – CEP 58055-530 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

▼ TPB00C



SDSPRC202500920V02

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

_____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ nº (ou equivalente no país de origem) _____, sediada em _____(endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados)_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____(nome completo do declarante)_____, portador(a) da Identidade _____(tipo / número / Órgão Emissor)_____ e do CPF nº _____, _____(função ocupada na empresa)_____, para os fins do **Pregão Eletrônico Internacional Nº 23/2025 – UASG 927031**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, **DECLARA** que os documentos abaixo indicados do país de origem da empresa (NOME E QUALIFICAÇÃO) são equivalentes aos documentos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico Internacional nº 23/2025.

Descrição do documento do país de origem	Documento exigido no Edital	Item do Edital em que o documento é exigido

Local-UF, ____de ____de ____.

(representante legal)



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

▼ TPB00C



SDSPRC202500920V02

▼ TPBdoc

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

A empresa _____ declara, por meio de seu representante legal abaixo assinado, e sob as penas da lei que os documentos habilitatórios abaixo listados exigidos no edital, não possuem equivalência em nosso País.

ITEM DO EDITAL	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL	FUNDAMENTAÇÃO

A empresa _____ declara que está ciente da responsabilidade civil e criminal decorrente da não veracidade das informações prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação atual real, devendo apresentar a documentação que comprova sua afirmação junto com o envelope respectivo de proposta e/ou habilitação.

Local-UF, _____ de _____ de _____.

(representante legal)



ANEXO V

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS PARA PRODUTO IMPORTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: CNPJ/CPF : Endereço Bairro: CEP: Telefone:	Inscrição Estadual : Cidade: Fax: Estado: e-mail:	:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NACIONAL OU ESTRANGEIRA PARA FORNECIMENTO DE TERMINAIS DE RÁDIO MÓVEIS, FIXOS E PORTÁTEIS PARA USO NO SISTEMA TETRA DIMETRA EXISTENTE.

Grupo	Item	Descrição do Objeto	Qtd	Câmbio Ptax venda (R\$)	Valor adu aneiro unitário convertido (R\$)	PIS(R\$) (2,10%)	IPÍ (R\$) (9,75%)	COFINS (R\$) (9,65%)	ICMS (R\$) (17%)	Custo uni- tário de ou- tras despe- sas (R\$)	Valor unitário equalizado	Valor TOTAL
01	01	Terminais fixos padrão TETRA 380MHZ compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	50									



▼ ▼ ▼ 000



		NCM 5171490										
01	02	Terminais móveis padrão TETRA 380MHZ compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência. . NCM 85171490	400									
01	03	Terminais Portáteis padrão TETRA 380MHZ com tecnologia de seleção automática LMR/LTE/WIFI compatíveis com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência. NCM 85176272	40									
01	04	Terminais Portáteis padrão TETRA 380MHZ com tecnologia compatível com a rede de Radiocomunicação Digital padrão TETRA DIMETRA da SESDS-PB em operação em todo o Estado da Paraíba, conforme especificado neste Termo de Referência.	478									



▼ ▼ ▼ 000



		NCM 85176272										
--	--	--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

O imposto de Importação é calculado pela aplicação das alíquotas fixadas na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) sobre o valor aduaneiro. (Fonte: <http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/glossario.html>)

A taxa de câmbio de referência do dólar dos Estados Unidos, conhecida no mercado como a taxa PTAX, que corresponde à média aritmética das taxas obtidas em quatro consultas diárias aos dealers de câmbio. No caso será considerada a última taxa PTAX de venda disponível em data anterior à da abertura do Pregão. (Fonte: https://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/taxacambio_p.htm) do Pregão.

O Valor Aduaneiro Unitário Convertido corresponde ao preço unitário do produto apresentado em moeda estrangeira após a conversão para moeda brasileira (o Real - R\$). (Fonte: <http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/glossario.html>)

Valor total da proposta equalizada (soma da Coluna de todos os itens abrangidos pela proposta): R\$

Valor total da proposta, em Reais, para fins de referência na celebração do contrato: R\$

Esta proposta é válida por _____ (_____) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. (NÃO INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS)

Prazo de entrega: _____

Forma de pagamento: _____

Garantia: _____

Declaramos que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos operacionais, em- cargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais, inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para o desembaraço aduaneiro, compreendendo as taxas, tarifas e impostos referentes à: licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de ar- mazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessá - rias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou in - diretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.

Declaramos ter ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.



▼ TPBdoc



Declaramos que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas no termo de referência.

Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com o Artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

Declaramos que será disponibilizada infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional, conforme exigido no Termo de Referência.

Local e data

Representante Legal



Assinado com senha por [SDS115300] [SENHA] SIDNEY ARLEY CIRILO DE AMORIM em 31/03/2026 - 10:22hs.
Documento Nº: 9075467.89164827-2937 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9075467.89164827-2937>

VPBdoc



SDSPRC202500920V02

VPBdoc